



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 6/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2020

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1.º Secretário – António Luís Miranda dos Santos Serra

2.º Secretário – Carina Marques Rocha Fernandes

SUBSTITUIÇÕES

Alcino José Rito Lavrador *(Substituído por Alzira Vinhas)*

Patrícia Isabel Santos Quintalo *(Substituído por José Joaquim Moreira)*

Ramiro Manuel Lopes de Matos *(Substituído por José Nunes)*

Joaquim Maria Pires Martins *(Substituído por Idalina Lopes)*

HORA DE ABERTURA: Quinze horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal

Às quinze horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia,



o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30-09-2020 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2020. -----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata** que, após cumprimentar os presentes, procedeu às seguintes correções: -----

- Na página 88, onde se lê “*A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com quinze abstenções, aprovar a proposta de alteração ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo em vigor no valor total de 3.160.000,00€*”, deve constar “... *por maioria, com quinze abstenções e três votos contra, aprovar a proposta de alteração ao contrato de empréstimo de médio e longo prazo em vigor no valor total de 3.160.000,00€*.” -----

- Na página 89, na intervenção do próprio, onde se lê “*Ressalvo o seguinte, concordando com as obras todas, porque continuamos a ter dúvidas que o Tribunal de Contas não vá reprovam o empréstimo por causa do problema da Dache*”, deve constar “*Ressalvo o seguinte, embora concordando com as obras todas, votamos contra porque continuamos a ter dúvidas que o Tribunal de Contas não vá reprovam o empréstimo por causa do problema da Dache*”. -----

Não havendo mais inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação, em que a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de setembro de 2020**. Não participaram na votação desta ata os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----



PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **1.º Secretário** que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Alcino José Rito Lavrador, tendo sido substituído por Alzira Vinhas. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Patrícia Isabel Santos Quintalo, tendo sido substituído por José Joaquim Moreira. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por Ramiro Manuel Lopes de Matos, tendo sido substituído por José Nunes. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por José Maria Pires Martins, tendo sido substituído por Idalina Lopes; -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Pelos Grupos Municipais foi proposto um **voto de pesar** pelo falecimento do sogro do senhor Presidente da Câmara – Manuel Ramos Filipe, do pai do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho – António Vigário, da ex-funcionária da CMS - Emília Marques Gonçalves e Eduardo Lourenço, professor, filósofo e escritor do concelho de Almeida. A proposta foi colocada à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por unanimidade, **aprovar os Votos de Pesar, seguido de UM MINUTO DE SILÊNCIO**. -----



De seguida o senhor Presidente da Assembleia informou que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia as seguintes propostas: -----

Moção A - Redução e posterior eliminação das portagens na A23 e A25 – Subscrita pelo Partido Social Democrata -----

“Considerando que a redução e posterior eliminação das portagens na A23 e A25 é uma antiga e legítima aspiração de toda a população do distrito e particularmente do Sabugal, mostrando-se as mesmas como um importante fator de condicionamento do desenvolvimento económico e social do nosso concelho e de todo o interior. A Assembleia Municipal do Sabugal congratula-se com a aprovação na Assembleia da República da proposta de alteração orçamental apresentada e que vai entrar em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2021. -----

A proposta prevê um desconto de 50% no valor da taxa de portagem, aplicável em cada transação. A redução aumenta para 75% no caso dos veículos elétricos e não poluentes. -----

Esta tem sido uma luta de toda a região, incluindo os deputados eleitos distrito da Guarda. A luta ainda não está terminada pois o grande objetivo será a abolição das portagens na A23 e A25, uma vez que têm sido tema de campanhas eleitorais e que na realidade não tem passado de meras promessas, havendo neste momento esta iniciativa parlamentar, a Assembleia Municipal do Sabugal está ao lado de todas as forças vivas da região incluindo os deputados da nação na reivindicação para a abolição das portagens das antigas SCUTS. -----

Com a aprovação desta medida, (que ainda Poucochinho) será certamente um contributo para o reforço da economia local, facilitando quem utiliza estas vias diariamente e proporcionando mais facilmente a vinda dos sabugalenses que se encontram fora, potenciando a captação de turistas, uma vez que estas vias de comunicação são os principais canais de acesso a rede de aldeias históricas, e que com introdução das portagens viu diminuir drasticamente o número de visitantes. ----- Sabugal, 30 de janeiro de 2020.” -----

Colocada a proposta a votação, a **Assembleia Municipal, deliberou**, por maioria, com a abstenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas, **aprovar a Moção alusiva à Redução e posterior eliminação das portagens na A23 e A25.** -----

Moção B - Rede Pública de Transporte Público de Passageiros (Subscrita pelo Partido Socialista e Partido Social Democrata) -----

“O compromisso com a agenda de desenvolvimento sustentável e ambientalista que Portugal assumiu como desígnio, associado às transformações da globalização, acelerado pelos impactos da pandemia,

colocam a mobilidade das pessoas e bens como um pilar central das políticas públicas para as próximas décadas e um fator crítico de sucesso para as regiões. -----

A mobilidade de mercadorias e pessoas é hoje um bem de primeira necessidade e um motor de desenvolvimento nos territórios, e é tão mais crítico e importante, quanto mais pequenas e isoladas forem as comunidades em causa. -----

Portugal tem hoje em cenário profundamente desequilibrado entre as Áreas Metropolitanas e o resto do país, muito agravado pela pandemia. -----

A nossa região é servida por uma rede fraca ou inexistente e, nos meios urbanos de maior dimensão, alguns serviços rodoviários urbanos e intermunicipais. Em grande parte dos casos e até aqui, realizado pelo setor privado sem compensações do Estado, que agora deixaram de realizar por não existirem passageiros. Neste momento o sistema está a funcionar com as Câmaras Municipais e as comunidades intermunicipais a pagarem estes serviços com valores avultados, não sendo esta uma situação sustentável nos orçamentos locais. -----

É, portanto, essencial que o Estado Central apresente soluções. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Sabugal, propõem ao Governo da República a criação de um programa que permita um serviço de transporte público de passageiros para os territórios de baixa densidade. -----

Um programa financiado pelo Orçamento do Estado, dirigido às Autoridades de Transporte que entre si, deverão decidir os termos e a forma dessa rede de transporte, adaptada às necessidades de cada território. -----

Uma rede que sirva as populações do meio urbano e mais populoso, mas também o direito de mobilidade das aldeias mais pequenas e afastadas, conjugando diversas soluções: -----

i) o “transporte a pedido” adequado aos meios mais pequenos e isolados e que deverá ser realizado por agentes locais – taxistas, empresas ou associações locais; -----

ii) com um serviço urbano rodoviário com uma frequência e fiabilidade que sirva a dinâmica de uma cidade e, -----

iii) um serviço intermunicipal adequado, aproveitando a ferrovia e transportes rodoviários diretos e compatíveis com as horários e tempos de viagem que permitam, deixar o carro em casa e ir trabalhar na cidade vizinha com toda a comodidade. -----

Este serviço deve ter um custo para os cidadãos destas regiões, idêntico aos tarifários já hoje praticados nas Áreas Metropolitanas. -----

Aprovada esta Moção na Assembleia municipal, dela deve ser dado conhecimento a: -----

- Senhor Primeiro-ministro -----

- Senhor Ministro do Ambiente -----



- Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----
Sabugal, 30 de dezembro de 2020.” -----

Colocada a proposta a votação, a **Assembleia Municipal, deliberou**, por unanimidade, **aprovar a Moção referente à Rede Pública de Transporte Público de Passageiros.** -----

Moção C - Impulso à coletividade ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã – Guarda (Subscrita pelo Partido Socialista e Partido Social Democrata) -----

“A finalização do troço Covilhã – Guarda é uma oportunidade para uma alteração sistémica nos serviços ferroviários na região. A reabertura deste troço, introduz a possibilidade de se utilizar o meio ferroviário nas deslocações da região para Aveiro, Porto, Braga e Coimbra. Também Salamanca passará a estar acessível por modo ferroviário a todas as cidades da Beira Interior. Ao nível dos serviços regionais, passará a ser possível a introdução de serviços com a Guarda, alterando o modelo de exploração da Linha da Beira Baixa e criando-se condições para uma alternativa à A23 para quem vive e trabalha no eixo Guarda – Covilhã – Castelo Branco. -----

É urgente introduzir um novo modelo de exploração que permita responder aos desafios de uma sociedade melhor conectada e em que o transporte ferroviário é uma prioridade face aos desafios ambientais e de democraticidade no acesso à mobilidade. Boas ligações ferroviárias aos grandes centros urbanos são também um fator adicional de competitividade na captação de empresas e de população. Adicionalmente, a crise do covid-19 veio demonstrar a oportunidade para os territórios do interior do paradigma do teletrabalho, o qual é indissociável de serviços ferroviários com elevados padrões de eficiência e conforto para as deslocações periódicas aos escritórios de base nos grandes centros urbanos. Ao mesmo tempo, a proximidade geográfica da Beira Interior junto a Espanha deve ser potencializada através de melhores ligações ferroviárias, contribuindo assim para a redução da situação periférica da região. Urge também reintroduzir o Sud-Expresso, sob pena de a conectividade da região com as suas comunidades emigrantes ficar seriamente afetada. -----

A Assembleia Municipal do Sabugal entende que a reabertura do troço Covilhã – Guarda deve ser acompanhada de uma significativa melhoria na conectividade ferroviária da região, estabelecendo-se a seguinte oferta: -----

- Um serviço regional rápido e confortável nas deslocações no eixo Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco. -----

As deslocações no eixo Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco são especialmente elevadas na hora de ponta da manhã e da tarde. Entende este órgão que nestes períodos de maior procura devem realizar se serviços de 30 em 30 minutos entre as cidades da Beira Interior, devendo a oferta incluir



serviços rápidos que não parem em todas as estações e apeadeiros e que considerem os polos de maior procura (ex: zonas industriais ou escolas). -----

- Introdução de ligações diretas com o Norte litoral do país. A região tem estado restrita a Lisboa nas suas ligações aos maiores centros urbanos. Trata-se de um erro que não considera as fortes relações da região com as cidades do Norte litoral, como seja Aveiro, Porto ou Braga e que se impõe corrigir com a reabertura do troço Covilhã – Guarda. É de salientar a este respeito que a maioria dos estudantes do ensino superior na região - IPG, UBI e IPCB - é oriunda do norte do país. A Assembleia Municipal do Sabugal entende que a CP deve introduzir um novo serviço Intercidades Covilhã – Guarda – Aveiro – Porto – Braga. -----

- Extensão do Intercidades Lisboa - Covilhã para Salamanca. A Beira Interior tem fortes relações académicas e culturais com Salamanca. Incompreensivelmente, a região nunca teve uma ligação ferroviária diurna e regular com Salamanca, reduzindo-se assim as potencialidades económicas resultante de uma melhor conectividade transfronteiriça. A Assembleia Municipal do Sabugal entende que o atual serviço Intercidades Lisboa – Covilhã deve ser estendido à Guarda e Salamanca, assegurando-se nesta cidade as ligações a Madrid. -----

- Reposição urgente do serviço Sud-Expresso. Com a crise do covid-19, a CP suspendeu o Sud-Expresso o que reduziu ainda mais a conectividade da região com o estrangeiro, e em especial com França, onde residem muitas das comunidades emigrantes da nossa região. Estas comunidades estão a ser prejudicadas por não terem à sua disposição o modo de transporte ferroviário, afetando de forma estrutural a intensidade das relações entre a região e as suas comunidades. Ao contrário das regiões do Litoral, a Beira Interior está distante dos maiores aeroportos internacionais, o que faz do Sud-Expresso um elo crucial na relação com as nossas comunidades. A Assembleia Municipal do Sabugal entende que deve ser reposto no mais curto espaço de tempo o serviço Sud-Expresso. -----

A presente moção deverá ser enviada às seguintes entidades: -----

- Primeiro-Ministro -----

- Ministro dos Negócios Estrangeiros -----

- Ministro das Infraestruturas e Habitação -----

- Ministra da Coesão Territorial -----

- Grupos Parlamentares na Assembleia da República -----

- Administração da CP, Comboios de Portugal, EP -----

- Alcalde do Ayuntamiento de Salamanca -----

- Presidente da Junta de Castilla y León -----

Sabugal, 30 de dezembro de 2020.” -----



O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata**: -----

“Quando fala aí na forma de exploração, gostava de saber que tipo de forma de exploração se querem referir na moção. É que para mim está dependente disso o sentido de voto. Porque se isso é uma forma de privatizar os transportes da CP, terei de votar contra como é lógico, concordando com tudo.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----

“Não me vou opor a que ela seja apresentada e votada, mas considero que se são moções são votadas na CIM, o primeiro agente de promoção dessas moções deve ser a CIM. Considero aliás que é preciso haver articulação com as Assembleias Municipais para que as moções tenham mais força política. De outra forma perde-se muito a capacidade de ação das CIM. Creio que as assembleias municipais não podem ser meras ‘caixa de ressonância’, das CIM, sendo necessário um debate mais informado sobre o que está em causa, matéria que justifica melhor articulação entre os grupos municipais aqui presentes, em particular em matéria de clarificação das matérias que são sujeitas à apreciação e votação. Neste sentido e neste caso concreto, sugiro aos proponentes da moção que considerem não a apresentar, até porque pelos vistos, nenhum dos proponentes está em condições de prestar esclarecimentos cabais sobre o teor da mesma”. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Tomou a palavra o senhor **Manuel Lousa** para dizer: -----

“Sou membro da Assembleia e sou membro da CIM. Eu sou membro e posso promover a articulação entre a Assembleia da CIM e a Assembleia Municipal do Sabugal. Ou teria de ser entre mesas? Acho que nós, deputados, também temos algum papel.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: *“Creio ter sido claro, e repito: respeito o direito dos membros da assembleia em apresentar moções, mas considero que me parece importante termos uma posição mais reflexiva sobre o teor das moções que aqui são apresentadas. A apresentação está feita e, como tal tenho que a submeter à apreciação e votação. Mas, repito, não foi isso que me pronunciei. O que pedi, e peço, é que haja uma reflexão sobre a substância, a coerência e o efeito da proposta. Aproveito para lhe lembrar o facto de ao longo destes oitos anos terem sido já muitas as moções aqui apresentadas e aprovadas, sem que saibamos de qualquer efeito ou desenvolvimento decorrente dessas aprovações.* -----

De seguida, tomou a palavra o senhor **Alexandre Gonçalves**: -----



“Esta moção foi apresentada pelo Hélder Fazendeiro, que é da Covilhã, e nós aprovámos na Comunidade Intermunicipal, eu, a doutora Delfina e o doutor Lousa. E o doutor Lousa achou por bem, que eu concordei também hoje, apresentá-las aqui. Em relação às moções que são aprovadas na CIM, não é bem assim. Eu e o Vítor Cavaleiro subtemos a moção da ligação Sabugal-A23, e ela está em Diário da República, e é uma das obras que, pelo menos, está prevista ser realizada até 2030, portanto essa não caiu em saco roto.” -----

Seguiu-se ainda o senhor **Germano Fernandes** que, após cumprimentar os presentes, perguntou se no texto da moção está referida alguma fonte ou algum estudo realizado que tenha levado à apresentação da referida moção. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou a um dos subscritores que esclarecesse a questão levantada pelo senhor Germano Fernandes uma vez que tal informação não consta na moção apresentada, aproveitando para referir que *“Um dos problemas deste tipo de moções é a dificuldade em esclarecer dúvidas aos membros da assembleia»*. -----

Após uma breve troca de impressões entre os membros da Assembleia Municipal que integram a Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Manuel Lousa** para tecer umas notas finais: -----
“Como lhe disse, nós somos representantes da Assembleia Municipal do Sabugal na Assembleia da CIM. A CIM é um território global e acho que nós devemos defender esse território, e por isso é que achámos por bem apresentar a moção. Portanto, mantemos a moção.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia colocou a moção à votação. -----
A **Assembleia Municipal, deliberou**, por maioria, com 10 votos contra, 22 abstenções e 21 votos a favor, **aprovar a Moção sobre Impulso à coletividade ferroviária da Beira Interior com a reabertura do troço Covilhã – Guarda**. -----

Foram ainda apresentadas declarações de voto por parte dos seguintes membros: -----

Presidente da Assembleia: -----

«Voto contra, por considerar que este tipo de moções carece de melhor articulação entre as duas instituições, bem como de melhor preparação dos proponentes para prestarem esclarecimentos em sede de discussão e aprovação das mesmas». -----



Germano Fernandes: -----

“Voto contra porquanto o conteúdo da moção é muito amplo, não tem suporte documental, factual contabilístico ou outro, mais parecendo uma declaração de intenções e, salvo melhor opinião, totalmente inexecutável.” -----

Após a votação, o senhor **Presidente da Assembleia** interveio para referir que *«o resultado demonstrou o efeito da falta de articulação e da procura do maior consenso possível entre os membros proponentes da moção, facto que evidencia que quando não se consegue isso no seio do órgão, será difícil defender os nossos territórios. Ora não me parece que uma moção desta natureza aprovada só com 21 votos a favor possa contribuir para reforçar a estratégia da CIMBSE nesta matéria.* -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** questionou os grupos se pretendiam intervir. -----

Continuando e na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal, em representação dos respetivos partidos: -----

Tomando a palavra, a senhora **Alexandrina Dias** cumprimentou os presentes e desejou votos de Boas Festas. Prosseguiu, começando por abordar o tema do regadio. *“O regadio é cada vez mais determinante para o sucesso da agricultura, para o desenvolvimento da sua economia e para o aumento da coesão do território. Urge, portanto, que o Município do Sabugal seja capaz de se posicionar e desenvolver um processo rápido e eficiente, no sentido de garantir a capacidade e exigibilidade aos pontos que dentro em breve estarão disponíveis. Neste momento, estamos numa situação em que não garantimos a exigibilidade, ficando desta forma excluídos de fontes de financiamento para o desenvolvimento cruciais para o concelho. O grupo do Partido Socialista desta Assembleia considera assim indispensável que se conheça as ações que se realizaram até ao momento, no sentido de desenvolver os regadios tradicionais e a ampliação do bloco de rega do Sabugal a outras freguesias. Desta forma questionamos o senhor Presidente da Câmara com as seguintes questões: ---*

- Existe algum levantamento das associações de regantes em funcionamento e aos diversos regadios tradicionais? -----

- Sabendo que os investimentos e a ampliação de blocos de rega são vertidos no plano nacional de regadios, que ações desenvolveu o executivo no sentido de incluir a ampliação do bloco de rega do Sabugal no plano nacional de regadios? -----



- Em relação à barragem, em outubro de 2019, o senhor Presidente da Câmara deu uma entrevista a um órgão de comunicação social, em que referiu que exigia por parte das entidades envolvidas no processo abertura para rever contratos de exploração, questões relacionadas com a quota mínima da água e também da participação eventual dos municípios na gestão da água, sendo que esta última questão é essencial. Na mesma entrevista também referiu que a solução passa por não o nível mínimo de exploração da albufeira à quota onde está previsto uma elevada de 774 metros, o que equivale, eventualmente, a uma quota de 5 ou 6 metros mais acima. Qual o ponto de situação relativamente a este processo? Passado mais de um ano das suas afirmações, mantém-se a abertura das entidades envolvidas no processo? Pode garantir que a quota mínima do nível de exploração foi revista? Considera que os 5 ou 6 metros serão suficientes para garantir o funcionamento adequado do centro náutico?” -----

Seguiu-se o senhor **José Nunes**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“*Sabugal Concelho Digital* -----

A pandemia que infelizmente assolou as nossas vidas em 2020 colocou ainda mais importância naquilo que vulgarmente chamamos transição digital. -----

O Partido Socialista considera fundamental a utilização de todos os meios digitais para oferecer à população as melhores condições e serviços possíveis. Nesse sentido, o município do Sabugal tem uma plataforma extremamente útil de emissão de plantas de localização e consulta do PDM. Pelo que nos é dado a conhecer, esta ferramenta é bastante elogiada e utilizada. Consideramos, contudo, que outras plataformas ainda não atingiram o grau de satisfação que consideramos exigível, como é o caso do portal ‘A Minha Rua’. No site do município, o portal é referido da seguinte forma: A Minha Rua permite aos cidadãos reportar as mais variadas situações relativas a espaços públicos, desde iluminação a jardins, passando por veículos abandonados ou a recolha de eletrodomésticos danificados. Com fotografia, ou apenas em texto, todos os laços são encaminhados para a autarquia selecionada, que terá conhecimento sobre o processo e eventual solução de problemas. -----

Assim, gostaríamos de ouvir o senhor Presidente relativamente ao grau de utilização deste portal e a sua eficiência, porque julgamos fundamental uma boa estrutura digital de conhecimento e reporte de eventuais problemas que possam existir, sugerimos ao executivo que avalie a possibilidade e disponibilidade financeira para criar uma plataforma do município mais intuitiva e acessível através da app, em telemóvel. Essa aplicação será uma ferramenta essencial permitindo aos utilizadores o reporte direto das situações aos problemas com que se deparam nas suas freguesias. Pensamos

também nos executivos das Juntas de Freguesia, que poderão através dessa ferramenta, reportar de forma mais célere eventuais problemas como, por exemplo, a iluminação, estradas ou caminhos danificados, construções em risco de ruína, problemas de abastecimento de água e saneamento, falta de recolha de lixo, entre outros. A mesma aplicação poderá também ser uma ferramenta de gestão e criação de planos de intervenção por parte dos técnicos e colaboradores municipais, melhorando dessa forma os serviços municipais. Para finalizar, e porque consideramos fundamental que esta assembleia dê também o exemplo de abertura e modernização, gostaríamos de sugerir que a mesma fosse filmada e colocada on-line para consulta dos munícipes, ao exemplo do que já acontece em outras assembleias municipais do distrito e do país. -----

Em relação à aquisição do edifício da antiga Dache, solicitamos informação sobre o estado atual do processo, tendo em consideração que se mantém as placas identificativas do edifício com a sigla Expo Sabugal e referência escrita ao município do Sabugal. Solicitamos informação se o edifício se encontra neste momento alugado, ou se se trata de um empréstimo. -----

Por último, o acesso sul ao Sabugal e as obras da praia fluvial. Solicitamos informação acerca das circunstâncias em que se encontram estes projetos. Neste momento pode confirmar que os dois projetos já têm todos os pareceres externos favoráveis? Existe a possibilidade de candidatura futura a fundos comunitários? Se sim, em que medida de apoio se enquadra? -----

Para terminar as intervenções do grupo do Partido Socialista, a senhora **Marisa Martins** tomou a palavra para cumprimentar os presentes e dizer: -----

“Pretendemos com esta intervenção obter esclarecimentos adicionais relativamente ao processo que opõe o município do Sabugal às Águas do Vale e do Tejo. Neste sentido, é necessário fazer um enquadramento factual dos dados disponibilizados para posteriormente colocar os nossos esclarecimentos. -----

Assim, é sabido que existe um diferendo entre o município do Sabugal às Águas do Vale e do Tejo. Uma vez que o processo ainda não foi julgado, a dívida reclamada pelas Águas do Vale e do Tejo tem sido, e bem, provisionada, aparecendo desta forma refletida como provisões do balanço do município. O impacto desta dívida na saúde financeira do município pode criar dificuldades financeiras indiretas, colocando o município numa situação menos equilibrada. -----

Desta forma, convém analisar com atenção os seguintes pontos: -----

O relatório e contas do grupo de Águas de Portugal, em 2019, nomeadamente no quadro relativo a dívidas por entidade devedora municipal, na página 221, o município do Sabugal aparece como décimo devedor, com um total de dívida vencida de 5.747.150,00 euros. -----

A prestação de contas do município do Sabugal em 2019, nomeadamente o quadro relativo ao total da dívida defendida pelo município na página 147 do documento da prestação de contas do município do Sabugal divulgado no site do município. -----

O município do Sabugal informa que provisionou um total de 4.744.357,76 €, sendo que se informa que o município defende que o valor da dívida é 2.934.380,47 €. Na mesma página, no número 2, é referido que as receitas da venda da água estão a ser depositadas numa conta bancária do Crédito Agrícola, a qual em 31 de dezembro de 2019 apresenta um saldo de 347.959,56€. Assim, e partindo do princípio de que o município do Sabugal tem razão no diferendo que opõe às Águas do Vale e do Tejo, a dívida seria de 2.934.380,00 €. No sentido inverso, e caso o município do Sabugal não tenha razão no diferendo que o opõe às Águas do Vale e do Tejo, a dívida será de 5.747.150,00 € na perspetiva das águas do Vale e do Tejo, e 4.744.250,00 € na perspetiva do município, tendo para fazer face a este processo um depósito bancário de apenas 347.959,00 €, e o provável afluxo de benefícios económicos em ativos contingentes é de 884.467,00 €. -----

Assim, na melhor das hipóteses o município deve cerca de 2 milhões de euros. Na pior das hipóteses o município deve cerca de 5 milhões de euros. Para fazer face a esta dívida, conforme referido anteriormente, o município tem um depósito nem de 350 mil euros. -----

Solicitamos assim os seguintes esclarecimentos: -----

Confirma que o valor provisionado para fazer face a esta dívida é o referido na prestação de contas? O valor de 347.959,00 euros não parecem insuficientes para fazer face a uma dívida que pode ir até cerca de 2 milhões de euros ou até 4 milhões e 800 mil euros? Existe mais alguma provisão financeira para fazer face a esta dívida? Estaremos nesta assembleia daqui a dois anos a discutir e votar um novo empréstimo porque o município não provisionou financeiramente as verbas necessárias para cumprir com as suas obrigações? Considera a hipótese de gestão rigorosa e com salvaguarda de futuro provisionar o valor de saldo de gerência deste ano para fazer face a estes futuros compromissos financeiros? -----

Relativamente à balança da zona industrial do Sabugal e Aldeia Velha, saudamos a instalação de uma balança para veículos pesados na zona industrial do Sabugal e outra na rotunda junto a Aldeia Velha, solicitamos informação do motivo pelo qual as mesmas ainda não se encontram em funcionamento, e

quando prevê o município que seja colocado ao dispor dos munícipes, visto que a obra civil está terminada há mais de um mês e meio e as mesmas ainda não se encontram em funcionamento?” -----

Seguiu-se o senhor **João Manata** que, relativamente à obra da Rua 5 de Outubro, perguntou se ainda estava em garantia, uma vez que as pedras do piso desde o edifício dos Correios para cima estão descoladas, e ao passarem os carros, ouve-se e torna-se incomodativo para os moradores. “*Era para ver se a Câmara podia tomar junto da empresa que construiu aquilo que resolvesse o problema.*” ----

Após cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, o senhor Presidente da Câmara e respetivo executivo, os elementos da Assembleia e os elementos do secretariado, a senhora **Delfina Leal** disse: -----

“Gostaria de felicitar a Câmara Municipal por neste ano tão atípico e com tantas restrições, ter levado a cabo o maior presépio natural do país, tendo como pressupostos trazer gente que o visite e simultaneamente desenvolver a economia local. -----

Também neste ano, a Câmara Municipal, ficou sem a técnica que desde o 1.º ano sempre esteve à frente desta iniciativa, contudo, todos quantos se dedicaram e trabalharam, trouxeram à luz do dia um cenário magnífico num lugar privilegiado que ainda deu mais encanto a este presépio que tanto nos diz e já se tornou conhecido em todo o país e estrangeiro. -----

A todos quantos trabalharam para que tudo fosse possível, ficam os parabéns e dizer que toda a vossa dedicação é patente no resultado final. -----

Enaltecer também a participação das Escolas e Instituições pela construção de eco presépios com recursos naturais, que embelezaram as ruas da nossa cidade, bem como a decoração dos edifícios e ruas levada a cabo pelo Atelier de Natal. -----

Por fim, de referir o concurso de montras, que veio trazer um ar mais natalício e a grande adesão quer no Sabugal, quer no concelho. -----

Desejar que o próximo ano traga a tranquilidade, esperança e a saúde que todos tanto ansiamos.” ---

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, dada a natureza da assembleia, enviou um e-mail aos serviços para contactarem os representantes dos grupos municipais, no sentido de serem eles a articular com todos os membros do respetivo grupo para que as questões que eventualmente pretendessem colocar fossem agrupadas para serem apresentadas pelo

representante. Confirmado pelos serviços, foram efetuados contactos pessoais com os representantes dos grupos municipais, à exceção, por lapso, do grupo parlamentar do CDS, mas a quem foi dada a oportunidade para intervir. Neste seguimento, apesar da solicitação de intervenções individuais de membros do grupo municipal do PSP, o senhor Presidente da Assembleia não permitiu que fossem apresentadas, uma vez que não respeitavam o que tinha sido acordado, pelo que não poderia abrir qualquer exceção em respeito ao princípio da imparcialidade, como de respeito aos restantes grupos municipais que aceitaram e cumpriram o estabelecido. -----

Após as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para dar resposta às questões levantadas. -----

Antes de responder às questões levantadas, o senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou os presentes e agradeceu o gesto inicial do voto de pesar, que gostaria que fosse extensivo a todas as vítimas do COVID-19 do concelho do Sabugal. Desejou ainda votos de um Bom Ano de 2021 e de seguida respondeu às questões colocadas. -----

Começou por referir que a gestão dos recursos hídricos e o tema do digital estão na agenda da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. *“A questão dos recursos hídricos é gerida de uma forma macro, ou seja, não tanto na ambição de cada um dos Presidentes de Câmara. A temática da água e gestão de todas as reservas de água da região estão em cima da mesa. A Comunidade Intermunicipal tem consultores contratados para trabalharem esta matéria e congregarem as legítimas ambições dos municípios. No que diz respeito à questão dos regadios do Sabugal, da água da barragem e dos blocos de rega, continua tudo em cima da mesa. Do nosso lado, nós defendemos efetivamente, perante o plano de recursos hídricos regional, tudo aquilo que temos vindo a falar desde o Verão de 2019, e vão com certeza ser áreas de trabalho a desenvolver. Obviamente que cada um de nós vai, legitimamente, reunindo e trabalhando as questões de forma individualizada, defendendo o melhor para o seu concelho. Sabemos aquilo que queremos, particularmente a nova forma de gestão e as novas atitudes perante a barragem do Sabugal, particularmente a procura permanente das novas reservas estratégicas de água e valorizar aquelas que temos. Relativamente ao alargamento dos blocos de rega é normal que a pressão caia em cima da Câmara Municipal, mas há coisas que a Câmara não pode fazer se os privados não o fizerem, e como já referi anteriormente, não há ninguém, nenhum governo, nenhuma estrutura, nenhuma Direção Regional que faça e promova o alargamento de blocos de rega, sem haver regantes. É preciso que haja efetivamente no terreno gente que precise de água.* -----

Relativamente à questão sobre o digital e modernização dos serviços, o senhor **Presidente da Câmara** afirmou que se há município que se tenha debatido durante estes anos pela capacitação e pela tecnologia é o município do Sabugal. Referiu ainda que o município do Sabugal está, a nível tecnológico, na linha da frente. Gastamos muito em tecnologia e modernização. -----

“Se há área em que o Município do Sabugal se evidencie é na sua relação com as novas tecnologias. O Presidente da Câmara do Sabugal foi recentemente elogiado pela Altice, pela persistência e pelo trabalho desenvolvido, por exemplo, na colocação de fibra ótica nas 12 Aldeias Históricas de Portugal. -----

Tal como já foi dito aqui também, a pandemia trouxe-nos essa necessidade acrescida. A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela foi a única a nível nacional que, perante o Plano de Recuperação e Resiliência apresentado em Bruxelas disse que o principal projeto que queria para a região era um projeto Reconnect 2026, um projeto de digitalização destes territórios, percebendo que estes territórios sem gente podem, com a tecnologia, atrair gente.” -----

Para terminar o tema, o senhor **Presidente da Câmara** sugeriu que instalassem a aplicação Município do Sabugal, uma vez que é uma app com mais serviços que o portal “A Minha Rua”, e comecem a usá-lo com mais frequência. -----

No que à aquisição do edifício da Dache diz respeito, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Está escrito e referenciado em todos os programas eleitorais que o nosso território, o Sabugal, o nosso Município, a cidade do Sabugal e o concelho do Sabugal precisam de um espaço de feiras, exposições, convenções. Eu acho adequado o espaço, tudo fiz para que ele seja efetivamente esse espaço. Não me venham mais tarde acusar que não fiz e não tentei dotar o Sabugal com um centro de exposições, feiras e de convenções. Quero deixar-vos muito sossegados. O processo está no Tribunal de Contas, se tiver visto faz-se o negócio, se não tiver visto todos muito felizes e contentes e não se faz o negócio. Portanto, estejam descansados com isso, não vale a pena, está no Tribunal de Contas.” ---

Em relação ao acesso Sul e Praia Fluvial, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que são projetos que estão a ser ultimados, que foi proposto na Assembleia a alteração do empréstimo para que haja verba para o projeto do acesso Sul. “E se a alteração do empréstimo vier visada, temos acesso Sul e temos Praia Fluvial, se não vier visado só temos Praia Fluvial. É tão claro como isto. O financiamento é o empréstimo. Não devemos ficar sentados, à espera de que as coisas aconteçam. Usando a capacidade

de financiamento que temos, devemos antecipar algumas obras e aguardar a sua elegibilidade através do Overbooking em final de quadro comunitário.” -----

Dirigindo-se ao senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** informou-o que tomou nota da situação por ele referida. -----

Em resposta à intervenção da senhora Delfina Leal, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“É óbvio que nós não podíamos ficar, num tempo tão difícil como este, sem desenvolver um dos nossos projetos emblemáticos dos últimos anos, o Presépio. Até porque era mais um passo para o esquecimento. É verdade que não temos a presença física de outros anos, o ano passado tivemos cerca de 50 mil visitantes, e há oito dias tínhamos cerca de 3 mil. Mas mais que a presença física, temos as plataformas tecnológicas e as redes sociais que podem levar as imagens para os quatro cantos do mundo.” -----

O senhor **Presidente da Câmara**, respondendo às questões colocadas pela senhora Marisa Martins, referiu que as Águas do Zêzere e Côa reivindicam essa dívida. *“Não há entendimento sobre o valor em dívida. Nós temos sempre algum poder negocial. Estão os processos a decorrer em Tribunal, tem havido audições em Tribunal Arbitral e há da parte dos municípios vontade para resolver o diferendo. O sabugal tem a seu favor as rendas das infraestruturas que nunca acordámos e fechámos com o sistema, há um protocolo aceite em 2014, que nunca foi concretizado e que abatia 2 milhões de euros na suposta dívida do Sabugal, fruto desse acordo e da normalização do pagamento das faturas apresentadas a partir de 30 de junho de 2015, exige-se a retirada de juros acumulados. E, portanto, eu creio que há margem, há trabalho, há folga para que depois dos tribunais decidirem, a Câmara Municipal do Sabugal negociar o valor que estará em diferendo, mas que é possível pagá-lo.” -----*

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2021 E PLANO PLURIANUAL ORÇAMENTAL 2022-2025 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----



Relativamente ao Orçamento do Município para 2021, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que o mesmo é “*trabalhado segundo as regras da Contabilidade Pública. E é um orçamento que prevê na sua receita um valor global de cerca de 25 milhões e 83 euros. Respeita as regras do equilíbrio orçamental e tem como receita as transferências do Orçamento de Estado (a grande parte do bolo, pois o nosso município não gera receitas próprios de valor significativo), os fundos comunitários, as receitas dos impostos previstos por lei e sempre pelos valores mais baixos possíveis, e a venda de serviços, nomeadamente no abastecimento público. Não é desprezível a receita proveniente dos parques eólicos.* -----

Na despesa são muito relevantes as despesas com pessoal, a aquisição de serviços, a aquisição de bens e equipamentos, bem como as obras em curso, ou a concursar.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra à senhora **Marisa Martins**, que disse: -----

“O Orçamento para o ano financeiro de 2021 e as Grandes Opções do Plano apresentadas são documentos previsionais. E o facto de ser documentos previsionais não lhes tira, contudo, importância, sendo os dois documentos fundamentais para a perceção da parte dos munícipes dos objetivos e prioridades políticas deste executivo. Os documentos foram entregues no prazo legal estabelecido e mereceu da parte dos membros da assembleia do Partido Socialista a melhor das atenções e análise. Contudo, não foi feita uma análise com detalhe que os mesmos merecem, tendo em consideração a data de entrega dos mesmos. -----

Sobre o Orçamento gostaríamos de deixar as seguintes notas: -----

No que se refere às receitas correntes vs. despesas correntes existe um saldo positivo de cerca de 600 mil euros, situação que permite alocar a receita corrente da despesa de capital com o saldo, situação que consideramos positiva. Contudo, fica a nota de que apesar do aumento significativo das estimativas de receita ao longo dos anos, a receita estimada entre receita corrente e despesa corrente tem vindo a diminuir. Cerca de 875 mil euros em 2019, 840 mil euros em 2020 e 686 mil euros em 2021. Fica claro um aumento muito significativo nas despesas correntes ao longo do presente mandato, associando a este fator a menor capacidade de alocar receita corrente para despesa de capital. O valor de receita de capital diminui face ao orçamento do período transato. Conjugando esta informação com os investimentos previstos nas GOP's não deixa de ser estranho que o valor da receita de capital diminua cerca de 400 mil euros, e o valor alocado nas GOP's para 2021 suba quase cerca

de 4 milhões e 700 mil euros. O valor da receita de capital de cerca de 7 milhões de euros é assente fundamentalmente na verba proveniente no empréstimo, de 2 milhões 439 mil euros, retirando as verbas alocadas ao FEF, cerca de 1 milhão de euros, percebe-se a pouca capacidade por parte de candidaturas a fundos europeus que se traduz na dificuldade de execução das GOP's previstas. -----

Sobre esclarecimentos de receita, gostaria que o senhor Presidente me pudesse fazer alguns esclarecimentos. -----

- Relativamente a impostos indiretos na rubrica 02 assumo o valor de 1€, o ano passado era 9.305,00€.

- A Câmara prevê a receita com reembolso de IVA para consolidar receita no valor de cerca de 250 mil euros. Não considera estranho este valor, confirmando desta forma terem existido mais compras do que vendas? -----

- Como interpreta que mesmo entrando mais de 1,3 milhões de euros, como há menos receita, cerca de 300 mil euros. -----

Relativamente às despesas, centrámo-nos basicamente nas diferenças entre o Orçamento para 2020 e para 2021. -----

- Uma das coisas que mais mereceu a nossa atenção e estranheza é relativamente ao aumento de despesa com pessoal. De 2020 para 2021, está neste orçamento mais de 700 mil euros. E se falarmos de 2017 para 2021, o aumento das despesas com pessoal é de mais de 1 milhão e meio de euros. Diga a esta assembleia, quantos novos funcionários contratou esta Câmara para aumentarem despesas de pessoal 1,5 milhões de euros neste mandato? Quantos colaboradores desde 2017 até 2020 tem a mais?

- Relativamente à rubrica de serviços de limpeza tem, do Orçamento de 2020 para o Orçamento de 2021, a mais cerca de 58 mil euros. Será este aumento derivado a algum contrato com uma empresa externa? Houve necessidade de contratar serviços externos por redução de colaboradores afetos à limpeza? -----

- O motivo da subida estimada na rubrica trabalhos tipográficos, cerca de 100 mil euros. Estes 100 mil euros, eu ia jurar que, se se fosse recandidatar, era uma ajudinha à campanha. -----

- Motivo da subida estimada em trabalhos informáticos, cerca de 70 mil euros. -----

- O motivo da subida de 1.500,00€ para 175.000,000€ em transferências correntes privadas. -----

- Durante o mandato, o senhor Presidente disse diversas vezes nesta assembleia que não haveria dinheiro para alcatrão. Pergunto como justifica o aumento de cerca de 2 milhões de euros na rubrica relativa a viadutos, arruamentos e obras complementares. Teria razão, quando o membro da assembleia Alexandre Gonçalves previa que 2021 seria o ano do alcatrão.-----



Relativamente ao Orçamento são estas as minhas dúvidas que gostaria, se fosse possível, ter esclarecimentos.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a posição do executivo face ao Orçamento para 2021. -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** informou que o documento em causa fora aprovado em Reunião de Câmara com quatro votos a favor dos membros do Partido Social Democrata, e três abstenções dos membros do Partido Socialista. -----

Prosseguindo, e respondendo às questões colocadas levantadas pela senhora Marisa Martins, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Há com certeza situações que, considerando a complexidade técnica dos documentos, eu não vou ter possibilidade de lhe responder pela especificidade da questão, mas o preâmbulo do documento enquadra a sua elaboração, os métodos, a classificação, os critérios à luz das orientações legais. Acresce a informação para esta Assembleia de que este ano o orçamento foi entregue muito mais tarde, e isso teve também a ver com o facto de que há uma alteração na sua apresentação, com a introdução do novo Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública, aplicado às Autarquias Locais. É a primeira vez que o orçamento aparece com esta apresentação, e é natural que algumas das rubricas apareçam de outra forma. -----

No entanto quero referir que as questões solicitadas, parte delas foram clarificadas na reunião de Câmara, com a presença dos técnicos que elaboraram os documentos previsionais, pelo que entendo que este facto também conforta as preocupações e dúvidas apresentadas. -----

Quando fala das empresas privadas, diz respeito ao Regulamento da Sabugal Investe que foi aprovado e da nova estrutura, e do valor que está previsto para arranque, na eventualidade de apoios a iniciativas privadas, de investimento que se apresentem. -----

Quanto à preocupação no aumento da despesa corrente, penso que todos devemos ter consciência, de que cada equipamento público que construímos ele deve ser gerido. Cada serviço que queremos acrescentar, com vista ao aumento da qualidade de vida das pessoas, necessita de ser gerido, necessita de recursos humanos, necessita de consumos de energia, de manutenção, de aquisição de serviços. Achava que não seria necessário repetir a que as piscinas municipais, a central de camionagem, o mercado municipal, o balneário do Cró, o centro hípico do Soito, o CNT, os postos de turismo, os campos de futebol, o museu, o auditório, os apoios aos bombeiros, às associações, etc. Se os queremos

em funcionamento e a exercer a função, visto serem todos economicamente deficitários e não haver agente privado interessado na sua concessão, vamos obrigatoriamente ter custos e deixar de fazer outras “coisas”. Esse é também o drama associado à nossa condição periférica. A falta de gente, de talento conduz à falta de dinâmica económica. Suponho que não há nesta Assembleia ninguém que equacione o encerramento dos equipamentos que referi.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com quinze abstenções, **aprovar o Orçamento do Município para 2021 e Plano Plurianual Orçamental 2022-2025**. -----

Pelo senhor **Alexandre Gonçalves** foi apresentada a seguinte **declaração de voto**: -----

“Este orçamento apenas foi arquitetado para ganhar as próximas eleições autárquicas. Pouco ou nada considera o investimento privado. Obras e mais obras, receita frágil para sustentar tamanha despesa. Afinal eu tinha razão na intervenção que fiz recentemente na Assembleia Municipal. 2021, ano das obras e do alcatrão.” -----

PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2026, QUE INCLUI O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse que havia sido distribuído um memorando com a apresentação das Grandes Opções do Plano, “*esse memorando aborda a forma de construção dos documentos previsionais e as opções da Presidência, bem como de todos os trabalhos complementares a levar a cabo, com vista à execução do programado e envolvimento das unidades orgânicas e dos seus objetivos estratégicos. Refere os princípios orientadores para uma gestão autárquica clara, transparente, moderna. Num segundo capítulo, denominado ‘Concretização’, se tiveram oportunidade de o ler, não tenho muito mais a referenciar neste ponto, até porque faz o cruzamento entre as opções que é necessário ter quando se elabora um documento destes e se tratam as Grandes Opções do Plano e as Atividades mais Relevantes. Quero deixar três notas diferenciadoras para o ano 2021 que se encontram na página 6 do documento.* -----

No ano 2021 colocam-se alguns desafios acrescidos: -----



- 1) *A resposta ao colapso económico decorrente da pandemia provocada pelo Covid19 e das novas abordagens da Europa, e que mais atinge os territórios periféricos, já debilitados antes deste flagelo e que devem por justiça reivindicar a participação ativa na estratégia nacional de revitalização económica. O Município do Sabugal, consciente de que o estatuto dos chamados “territórios de baixa densidade” é muito curto e pouco clarificador relativamente à pretensa diferenciação positiva para concelhos como o nosso, está empenhado em trabalhar com outros municípios periféricos, com problemáticas idênticas de despovoamento. E falo-vos aí de uma plataforma de trabalho com a Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Penamacor e Idanha-a-Nova, em torno das políticas para as regiões transfronteiriças. -----*
- 2) *Numa segunda linha orientadora falo-vos da interpretação e cruzamento das nossas ambições e Documentos Estratégicos vigentes com as opções nacionais e regionais relativamente à década 2030, no Portugal 2030, no Centro 2030, do Plano de Recuperação e Resiliência apresentado pelo Governo, do Quadro de Referência Estratégica apresentado e aprovado na Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (que incluem nove linhas orientadoras para os nossos territórios), do Plano de Cooperação Transfronteiriço em curso e que já vos falei da plataforma de trabalho com os colegas da raia entre Douro e Tejo, e na última Assembleia houve uma moção para promover a mobilidade e acessibilidade concelhia, com a qualificação da estrada do Sabugal ao nó da A23 e A25 da cidade da Guarda, repavimentação das estradas da raia e vai estar em análise no trabalho eu estamos a fazer com 5 municípios da fronteira, a repavimentação de alguns troços de ligação a Espanha. E é importante, quando falamos de mobilidade e acessibilidade, falar destes troços.” -----*

Prosseguindo no ponto 2, o senhor **Presidente da Câmara** disse ainda “*apostar na conectividade: -----*

- i) *Cobertura integral do Concelho em banda larga, potenciadora da instalação de novos empreendedores e empresas, de novas formas de trabalho, qualificando a vida dos residentes; -----*
- ii) *Rede de Centros CoWorking Rural, com gestão centralizada no SmartWorkCenter do Sabugal. Na presença da senhora Ministra da Coesão Territorial no dia do concelho, foi-lhe entregue este documento e foi-lhe particularmente por mim feita essa ênfase, a um projeto centralizado no SmartWorkCenter que está candidatado na CCDR e que ainda ontem estive lá a insistir na necessidade de aprovação de um espaço destes no Sabugal. Será uma centralidade para criar alguns espaços que nas Grandes Opções do Plano chamamos CoWorking, nas Juntas de Freguesia onde tenham espaços públicos disponíveis para se poder trabalhar à distância. -----*

Numa terceira área de intervenção está a questão da água: -----



3) *Esta terceira nota já vinha do ano de 2020 e que devido à pandemia se tem falado muito pouco, mas que nós, Município e Assembleia entendemos que ainda não era nada e ninguém alterou ainda nada, mas é algo que vai vir a transferência de competências para as Câmaras Municipais, como a educação e outros domínios, e temos de preparar recursos humanos para que quando essas competências vierem as possamos albergar. Diria que é um processo lento e faseado e que exige de todos, quer da Câmara, da Assembleia e colaboradores do Município, preparação e ajustes por forma a que se possa acautelar alguma imprevisibilidade associada à transferência, na maior parte das vezes sem o suporte financeiro adequado. Que ninguém tenha dúvidas, que essas transferências de competências quando vierem, vêm sem dinheiro. E lá vamos nós aumentar despesas correntes. -----*

Nós temos as limitações que temos, na apresentação do orçamento não vos falei porque penso que está na memória de todos, quando aprovamos aqui taxas reduzidas ao mínimo como o IMI, majorações, libertar IRS, e quando falamos em libertar, é libertar para o território, para a economia local, para os trabalhadores, para aqueles que pagam IRS, cerca de 300 mil euros/ano. Portanto, se vão para as pessoas, não ficam na Câmara. -----

O documento cria ligação com todas as frentes de trabalho em que o Município do Sabugal está. Não se esqueçam que temos compromissos com a Comunidade das Beiras e Serra Estrela, temos compromissos através da associação Pró-Raia, temos estratégias PROVERE da Associação das Aldeias Históricas de Portugal, das áreas protegidas – I Nature, do Termalismo. temos a Associação de Municípios da Cova da Beira, os projetos INTERREG, a rede de Judiarias, a Territórios do Côa, a plataforma da Carta Europeia do Turismo Sustentável que é um projeto de Sabugal, Penamacor e Almeida. Temos todos estes compromissos que os documentos previsionais devem aconchegar e acautelar. Temos também algumas linhas de apoio do Turismo de Portugal, e ficar-me-ia por aqui pois o memorando de apresentação é bastante exaustivo e clarificador.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** disse ainda que a votação deste assunto em Reunião de Câmara, fora igual ao anterior, com quatro votos a favor dos membros do executivo do Partido Social Democrata e três abstenções dos membros do executivo do Partido Socialista. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----



Senhor **Joaquim Brázia** que após cumprimentar os presentes referiu que já no ano passado fora proposto que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento fossem discutidos em simultâneo, “*porque creio e acredito que em várias situações complementem uma com a outra e daí que haja questões que ainda pertençam ao Orçamento e também pertençam às Grandes Opções do Plano, e tenho questões que gostaria de fazer pois não tivemos tanto tempo como isso para ler este documento, eu pelo menos assim o confesso. Os documentos vieram praticamente no fim de semana, e eu ainda sou daqueles em que o fim-de-semana é para gozar de alguma privacidade.* -----

Assim sendo, e porque tenho estas dúvidas: -----

- *Nas Grandes Opções do Plano existe lá uma despesa que é ‘Prémios, condecorações e ofertas’. Para 2021 temos lá 68.200,00 € e para 2022 temos lá 28.731,00€. Fiquei perplexo com isto.* -----

- *Também nas Grande Opções do Plano existe uma despesa ‘Material de educação, cultura e recreio’. Há uma rubrica que diz que em 2021 serão gastos 124 mil e 800 euro e em 2022 19 mil 83 euros.* ----

- *Em termos de mobilidade e acessibilidade, na reunião passada falou-se na ligação da A23 e A25 à Guarda. As obras que foram feitas na estrada da Guarda já contemplam essa acessibilidade, ou é só um remendo que deram agora?* -----

- *Também se falou da Casa do Empreendedor, a Smart Work Center, mas a verdade é que para o ano de 2021, essa rubrica existe, mas o valor não existe. O que significa que este ano ainda não vamos avançar com essa obra, e entristece-me.”* -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **Vítor Cavaleiro** tomou a palavra para felicitar pelo trabalho feito no documento, e que o mesmo é longo e que houve um curto espaço de tempo para análise. “*Está assente em dois vetores fundamentais, a Câmara é o maior empregador sem dúvida, e falou noutra coisa, o alcatrão. O concelho é grande e tem necessidade dessas coisas. Mas há aqui vetores que falham nas Grandes Opções do Plano, e não me revejo nestas diretrizes de um plano para um concelho desta natureza e que faz com que entre os outros pares de municípios, desfrutem até de prioridades noutras matérias e com os congéneres que já falou do país vizinho, não estão a ser aproveitados. E mais, temos neste concelho, do tamanho da ilha da Madeira, recursos, que dou os parabéns por citar como parâmetro fundamental, a água. E temos mais senhor Presidente, temos de ir mais longe, os projetos do quadro comunitário estão aí e não vi nestas Grandes Opções alguma hierarquia quanto ao desenvolvimento deste território, na atratividade e chamariz de gente para este concelho, isso é que é fundamental. Tem o Smart WorkCenter, mas repare, num concelho onde falta muita mocidade, passo a fibra ótica à parte, não usufruo dessa rede. Em termos de mobilidade e acessibilidades temos*

muito a fazer, mas gostava de ver e tenho este plano, onde tenho hierarquizado algumas diretrizes fundamentais mais assentes no desenvolvimento económico, que por sua vez acarreta o social. Não é para responder, é só para me sentir um pouco à vontade naquilo que gostava de ver hierarquizado e não vi. ” -----

No fim da intervenção, o senhor **Vítor Cavaleiro** desejou ainda votos de um Feliz Ano Novo aos presentes. -----

De seguida, a senhora **Marisa Martins** tomou a palavra para dizer: -----

“As GOP’s refletem as opções políticas do município e o Partido Socialista vai ser bem claro e direto, estas não seriam as nossas opções, e o documento apresentado reflete apenas o populismo barato de incluir tudo e mais alguma coisa no documento. A percentagem de execução do mesmo irá refletir no futuro o documento populista que é apresentado. O Partido Socialista gostava de deixar algumas notas que considera importantes e decisivas para uma política capaz de acrescentar valor e gerar economia. Consideramos e lamentamos que projetos estruturais como o Centro Interpretativo, a Casa do Empreendedor, o Centro Náutico tenha sido adiado e a opção central seja a intervenção e pavimentos, em pavimentos, deixando de lado investimentos que geram economia. -----

Consideramos uma ideia positiva a criação de um monumento alusivo ao lince ibérico, no valor de cerca 66 mil e 800 euros, consideramos é caricato este montante comparativamente com o valor de 130 mil euros de apoio à iniciativa privada. Assim, não nos revemos nestas GOP’s no seu todo. O nosso foco é a captação de investimento privado e a fixação de pessoas. As obras que defendemos só estão projetadas para 2026, e continuam lamentavelmente adiadas.” -----

Findas as intervenções, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. -----

Em resposta ao senhor Joaquim Brázia, disse: -----

“Este documento estabelece metas ou referências a mais do que um mandato autárquico. Vai desde 2021 a 2025, ou seja, tem de refletir e tem de ter equilíbrio naquilo que nós não sabemos o que vai acontecer até 2025. Não faça essa comparação entre 2021 e 2022, o facto de haver um valor e depois baixar é porque não houve da nossa parte muita preocupação em afinar os valores para 2022, 2023, 2024 e 2025. Trabalhámos essencialmente com 2021, e com 2026, porquê? Enquanto nos outros planos, os documentos que apresentávamos tínhamos sempre a possibilidade de uma rubrica naquelas ações que estando na linha de horizonte, tendo alguma possibilidade de ser executadas não havia

ainda contrapartida financeira para colocar no orçamento para elas, nós colocávamos numa rubrica 'a definir'. E este ano não há essa rubrica. Colocámos em 2026. Se, como nós acreditamos essas obras tiverem luz verde quanto ao seu cofinanciamento, no imediato, existe a possibilidade de serem "puxadas" para este ano. O SmartWorkCenter está nesse alinhamento. Acredito que o SmartWorkCenter, estando tão longe, está perto. -----

É evidente que 'Prémios, decorações e ofertas' é o que é, é isso. Temos relações institucionais, não quer dizer que se gaste esse valor. Mas o serviço, olhando para aquilo que se gastou em 2020, reportaram a 2021. -----

A questão da estrada da Guarda, têm feito o que se faz todos os anos num contrato normal de manutenção. Não está relacionado, até porque a Câmara do Sabugal já aprovou o protocolo, a IP já aprovou o protocolo, a Câmara da Guarda já aprovou o protocolo, ainda estamos é aguardar uma data para a assinatura do protocolo. É um protocolo que vai permitir o gasto de 5 milhões de euros na estrada de ligação Sabugal-Guarda." -----

Relativamente à intervenção do senhor Vítor Cavaleiro, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Falou numa série de coisas, de criar projetos de atratividade, entendeu que o SmartWorkCenter era um projeto de atratividade, mas não viu lá mais nada do que a atratividade. Mas garanto-lhe que a proposta apresentada não pode ser atacada por falta de ambição, aliás todo o executivo foi unanime, pelos vistos esta Assembleia também relativamente a toda esta ambição expressa nos documentos previsionais. A maior dificuldade vai colocar-se do lado da execução, também estou de acordo. Mas poderia ser de outra forma. Estamos a falar de documentos previsionais para um horizonte temporal que se estende até 2025; estamos a finalizar um quadro comunitário e a programar o próximo; Vamos todos necessitar de responder a esta profunda crise económica e social; temos a obrigação de saber, fruto do exercício autárquico de anos, onde podemos ir, o que é prioritário filtrando os nossos sonhos, gerindo a realidade. Distingo o sonho da realidade, distingo o discurso, da ação. -----

Aguardemos pela revisão que contemple a integração do saldo de 2020, para fazer alguns acertos, reforçando algumas rubricas insuficientemente dotadas. Quanto às verbas alocadas ao apoio a dinâmicas empresariais, todos gostaríamos que houvesse o tal dinamismo desejado. Os dados dos anos anteriores não são animadores. Nunca conseguimos esgotar os apoios colocados à disposição do investimento. Garanto apenas que, se necessário, o Município do Sabugal tem toda a capacidade para poder acompanhar bons e inovadores investimentos. É essencialmente para isso que trabalhamos. -----

Mas como falou muito de atratividade, aguardo qual é o projeto atrativo que gostaria de ver cá! -----

Como complemento na resposta à Marisa Martins, direi apenas e no que toca a investimentos apoiados no âmbito dos Fundos Estruturais do próximo quadro comunitário, ninguém lá vai sozinho; ou construímos estratégias regionais comuns em torno de temáticas regionais, ou isolados não vamos lá. Deixo apenas como alerta. O próximo quadro comunitário não vai trabalhar para responder a ambições de um concelho, mas sim a estratégias regionais consolidadas, inclusive na educação até na educação. -----

Relativamente à rede de transportes, é um problema enorme que a CIM tem. O nosso concelho, tem a questão sob controlo pelo facto de termos contratualização própria com os operadores de transportes (na rede intraconcelhia), aliás situação reportada nos documentos que temos em análise. Resta-nos resolver as ligações intermunicipais e regionais. Há uma discriminação profunda entre as áreas metropolitanas e regiões mais povoadas e as rurais.” -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por maioria, com quinze abstenções, **aprovar as Grandes Opções do Plano 2021-2026, que inclui o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades mais relevantes.** -----

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2021 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que foi distribuído o Mapa de Pessoal e que o mesmo contempla os atuais funcionários da Câmara, bem como os dos concursos que estão a decorrer. *“Tendo em conta saídas, por mobilidade ou aposentação, novas competências, devemos em permanência avaliar as nossas necessidades de recursos humanos. Poderíamos optar por externalizar serviços, diminuir os serviços prestados, não tem sido a solução preferencial, embora pontualmente em serviços específicos o tenhamos feito. Todos compreenderam que sendo o Município a principal entidade empregadora do concelho, tem responsabilidade, inclusive na promoção do trabalho socialmente útil.”* -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata**: -----
“*Há bocado falou no trabalho social, que há cá bastante e muito bem. Um dia foi perguntado ao Presidente da Câmara de Barrancos ou ex-Presidente, porque é que quase toda a gente de Barrancos era funcionária da Câmara. E ele respondeu ‘deixávamos morrer as pessoas à fome?’.* -----
Por isso eu concordo plenamente, as pessoas precisam de trabalhar.” -----
Para terminar desejou que o ano de 2021 seja melhor que o corrente ano. -----

Seguiu-se a senhora **Alexandrina Dias** que, referindo-se à página 22 do Mapa de Pessoal, disse que o mesmo menciona que a Câmara tem 11 jardineiros efetivos. E, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, perguntou porque é que o arranjo dos jardins é feito por uma empresa externa ou se pretendem contratar mais jardineiros. -----

Por fim, a senhora **Marisa Martins**: -----

“*Senhor Presidente, a minha questão é espontânea relativamente ao comentário que fez agora que me deixou deveras intrigada. Porque deu a entender, e peço desculpa se percebi mal, que as relações pessoais na Câmara são más. Disse que em termos pessoais eram mais difíceis. Falou em contratações sociais, o Manata foi óbvio, se é uma maneira de fixarmos pessoas, a Câmara é a maior entidade empregadora do Sabugal, acho que sim. E depois disse outra coisa que me deixou confusa, e batendo no que questioneei há pouco sobre acréscimo dos 700 mil euros com o pessoal. Portanto, a Câmara está a contratar pessoas com mais qualificação, acredito eu que as pessoas que trabalhavam há uns anos na Câmara eram pessoas com menos estudos, portanto, não haveria tantos técnicos superiores, portanto as pessoas de hoje terão mais habilitações. Desculpe, mas isto é um bocado confuso.*” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecer as questões colocadas pelos membros. -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

Sendo o Município do Sabugal o maior empregador do Concelho, tem uma responsabilidade social acrescida. Já referi que há uma renovação permanente dos quadros de pessoal. Gente em mobilidade, em aposentação, aumento de serviços e competências, equipamentos novos para gerir, etc. Mas isto não significa que não tenhamos necessidade de continuar a contratualizar trabalhos especializados,

empresas que respondam em tempo útil que complementem o trabalho dos nossos funcionários. O que quis dizer e não me choca, é que o Município também dinamiza o mercado social de emprego, o Município também tem de animar a economia local, contratualizando no mercado local. -----

Quanto às relações pessoais numa instituição com tanta gente, é obvio que não andam todos aos beijinhos e abraços. Não é assim, até porque agora não podem por causa do Covid 19. Quando fala de bons profissionais, fique claro que apenas quis salientar o meu conceito de um bom profissional: bom relacionamento pessoal, competência, qualificação, sensatez, capacidade de trabalho em equipas, ouvir muito e falar pouco.” -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a **Assembleia Municipal deliberado**, por maioria, com dez abstenções, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2021**. -----

PONTO 4 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE PRÉDIOS LOCALIZADOS NA CIDADE DO SABUGAL, REQUERIDO PELA EMPRESA VAZCOR, LDA. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que é uma situação recorrente em quase todas as sessões das Assembleias. *“Quando há uma transmissão de património, e quando falamos em património que induz investimento e dinâmicas empresariais, temos a possibilidade da isenção desse imposto municipal, e é isso que a empresa VAZCOR, Lda. solicitou à Câmara Municipal, que coloca à apreciação da Assembleia.” -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Brázia** que solicitou ao senhor Presidente da Câmara para dar mais informações sobre a empresa, uma vez que a maioria das pessoas não deve conhecer. -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que se trata de uma transação na zona antiga do Sabugal, junto ao Castelo. Disse ainda que a empresa VAZCOR, Lda. é uma empresa de jovens, com sede na Colónia Agrícola Martim-Rei e é uma empresa que faz atividade no alojamento turístico, adquiriu casas junto ao Castelo para alojamento local. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** disse ainda que nas páginas 2 e 3 do documento fornecido aos membros se encontra informação relativa à pretensão da empresa e o objeto de transação. -----

Não havendo mais inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação. -----

A **Assembleia Municipal**, face à informação registada sob o n.º 5823, datada de 02-12-2020, prestada pelo Gabinete Jurídico, sobre o pedido de isenção do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), de dois prédios urbanos localizados no centro histórico do Sabugal, Travessa de Aljubarrota, cidade do Sabugal, com os artigos matriciais urbanos 3004 e 535, da freguesia de Sabugal, requerido pela empresa VAZCOR Lda., a Assembleia deliberou, por unanimidade, **aprovar a proposta de isenção de IMT requerida.** -----

PONTO 5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE ÁRVORES COM INTERESSE MUNICIPAL ----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** disse que *“este ponto tem a ver com duas árvores: um castanheiro no Ozendo e um sobreiro na Quinda do Salgado, Bendada. É um processo de valorização do nosso património natural, decorrente do Regulamento Municipal aprovado nesta Assembleia. Solicito, pois, a aprovação desta pretensão.”* -----

Não havendo inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação. -----

A **Assembleia Municipal**, face à informação registada sob o n.º 4713, datada de 04-11-2020, **deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de classificação de árvores com interesse**



municipal localizados no Ozendo (Castanheiro – *Castanea sativa*) e na Bendada (Sobreiro – *Quercus suber*). -----

PONTO 6 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E GESTÃO DO ESTABELECIMENTO TERMAL DO CRÓ -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

Relativamente a este ponto, o senhor **Presidente da Câmara** transmitiu que: -----

“Solicito a validação de um ato por mim praticado, melhor a sua ratificação. Perante a possibilidade de encerramento do balneário termal, procedi a despacho que viabilizou o contrato e a repartição de encargos que aqui vos apresento, solicitando a vossa compreensão.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Joaquim Brázia**. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, perguntou qual foi o critério para contratar *“esta empresa que tem um capital social de 500 euros.”* -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Esta empresa respondeu a um concurso que foi aberto pela Câmara Municipal. Responderam três empresas, e esta foi a empresa que deu ao júri mais garantias no cumprimento do caderno de encargos a concurso. Foi feita avaliação pelo júri nomeado para o efeito, creio que os critérios de adjudicação não eram apenas o preço. -----

Havia três formas: a Câmara tinha recursos humanos nos seus quadros e podia dar continuidade as atividades; abrir um concurso de nova concessão do balneário, que para além do tempo de paragem, não teríamos a garantia de sucesso, nos tempos que correm; encontrar por concurso público uma entidade que se associasse ao Município na gestão das atividades e valências, aportando o saber e experiência necessária para o bom funcionamento. Optámos, naturalmente pela terceira via. -----



Este contrato foi assinado em outubro e vai até junho, e gostaria que numa das próximas sessões da Assembleia pudéssemos discutir proposta de abertura de novo procedimento para a concessão do balneário.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----

“Só para dar um esclarecimento adicional. O facto de este assunto vir aqui não levanta nenhum problema por se tratar de uma repartição de encargos e não é obrigatório que viesse previamente. E segundo eu percebi, esta foi uma solução considerada de urgência, mas a solução estruturante, politicamente está a ser trabalhada. -----

Não sei se os membros da Assembleia viram o valor que está lá, mas deixo ao critério do senhor Presidente se quer comentar o valor que está previsto para uma intervenção estruturante no Cró, caso as coisas não se resolvam.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que esse valor seria o dobro. *“Nós temos uma repartição de encargos no limite em 2020 e 2021 para 8 meses, até junho de 2020, com cerca de 250.000€ até junho de 2020, mas precisamos para o ano inteiro de cerca de 500.000€. -----*

Não havendo inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação. -----

A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a repartição de encargos referente à prestação de serviços de apoio e gestão do estabelecimento Termal do Cró.** -----

PONTO 7 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PAVILHÃO E PISCINAS MUNICIPAIS DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“É um Regulamento das Instalações do Pavilhão e Piscinas Municipais. No mês de julho ou agosto foi colocada à discussão pública. Não houve participação (sugestões de melhoria) de nenhum -----



munícipe, pelo que voltou à Câmara Municipal, foi aprovado, e aqui está esta Assembleia para aprovação e posterior publicação em Diário da República.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 4538, datada de 30-10-2020, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de Regulamento de Utilização e Funcionamento das Instalações do Pavilhão e Piscinas Municipais do Sabugal.** -----

PONTO 8 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PRÉDIOS URBANOS A QUE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, PARA O ANO DE 2021 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que *“é uma questão recorrente, que clarifica o valor em causa, quando aprovamos redução do IMI aos munícipes tendo em conta o número de dependentes. Estes dados são comunicados pela Repartição da Direção de Finanças e equivale a nossa isenção ou redução a cerca de 15 mil euros anuais. Estes dados são transmitidos pela Repartição da Direção de Finanças.” -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação. -----

Face à informação registada sob o n.º 5964, datada de 03-12-2020, referente a **“Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – prédios urbanos” a que refere a alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), para o ano 2021 a Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade: -----



- **Manter** as taxas no valor mínimo: Prédios Urbanos – 0,3 %; -----
- **Aprovar a redução da taxa, prevista no artigo 112-A.º do diploma acima mencionado (aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março), da seguinte forma:**

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	20
2	40
3	70

- **Aprovar a majoração de 30 % para prédios urbanos degradados, conforme previsto no n.º 8 do artigo 112.º do mesmo diploma;** -----
- **Aprovar a majoração do dobro da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta inferior a vinte euros por cada prédio abrangido, ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 112.º do mesmo diploma.** -----

PONTO 9 – ATIVIDADE MUNICIPAL -----

O **senhor Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer questionar se alguém pretendia intervir em relação a algum ponto da atividade municipal. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra à senhora **Marisa Martins** que colocou duas questões ao senhor Presidente da Câmara: -----

“Está aqui uma instalação sistema wi-fi na cidade do Sabugal, é para abranger que áreas da cidade? Chamou-me a atenção o ajuste direto no circuito 21, e pelo que percebo deve ser um transporte escolar do Seixo do Côa até ao Agrupamento de Escolas do Sabugal no valor de 7 mil e 184 euros. E depois há um outro ajuste direto, o mesmo circuito 21, da Cerdeira para o Sabugal, no valor de 8 mil 739. Chamou-me à atenção haver dois ajustes diretos para o mesmo circuito.” -----

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** respondeu dizendo que o sistema Wi-Fi for You diz respeito à a colocação de Access Points comunicacionais na cidade do Sabugal. -----



“Relativamente aos 2 circuitos, devido ao COVID, para transportar miúdos foi necessário desdobrar circuitos quando eram mais do que 3. Nos transportes, foi dada uma orientação nacional que não podíamos transportar os 7 ou 8 alunos de uma vez, portanto, tem a ver com questões sanitárias e no cumprimento de diretivas da DGS.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL**. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto o **senhor Presidente da Assembleia** perguntou se, de entre os munícipes presentes, algum pretendia intervir. -----

Tomando a palavra, o senhor **Virgílio Janela Afonso** cumprimentou os presentes e disse: -----

“A minha questão tem a ver com um protocolo que a Câmara assinou com uma empresa para fornecimento de vacinas da gripe. Tenho comigo um voucher de uma vizinha de 83 anos que, após várias deslocações a farmácias, concluiu que não havia vacina disponível para ela. Posteriormente dirigi-me com ela ao Centro de Saúde, onde se fez a marcação para ser vacinada e há 15 dias cheguei lá com ela e a explicação que foi dada pelo técnico que nos recebeu é que tinha havido uma avaria no frigorífico onde estavam guardadas as vacinas e tinham-se estragado, pelo menos 20, que eram as marcações que havia para esse dia. -----

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara se, de facto este protocolo teve um fim feliz. E, aproveitando o facto de estar aqui o Dr. Serra se me poderá tentar esclarecer esta situação que se verificou no Centro de Saúde. -----

Para terminar, disseram-me a mim e à senhora que iria ser convocada posteriormente, portanto, não sei se terá a sorte de ainda ser vacinada este ano.” -----

Seguiu-se o senhor **José Alves Escada da Costa**, que após cumprimentar os presentes e desejar votos de um bom ano referiu: -----



“A questão que queria colocar é a seguinte: o Presidente focou e bem, que os projetos futuros terão de ser intermunicipais e ter uma economia de escala associada porque os problemas são idênticos, o de Penamacor é igual ao do Sabugal, ao de Almeida, o senhor Presidente enquadrado muito bem o problema. A questão que coloco é a seguinte, há défices que terão de ser contemplados nas estratégias intermunicipais. E a pergunta que coloco, muito concretamente é, se em relação aos recursos hídricos, o Sabugal está na disposição de avançar com uma estratégia coordenada, mas após a correção e equilíbrio de défices passados, nomeadamente do ponto de vista ambiental. -----

E a outra é também relacionada com esta, uma vez que o senhor Presidente mencionou vários compromissos que o município do Sabugal tem nesta lógica intermunicipal, onde é que o Sabugal é líder? E se é líder, porque é que não temos no Sabugal nenhuma sede dessas estratégias intermunicipais.” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Relativamente à questão colocada pelo senhor Virgílio, diria que o senhor Presidente da República me facilitou a resposta, fomos todos enganados. Foi enganado o país, foram enganadas as Câmaras, foi enganada a Associação Nacional de Farmácias. A Associação Nacional de Farmácias, pela excelente relação que o Presidente da Câmara Municipal do Sabugal tem com as pessoas que estão na sua direção, foi confrontado com a possibilidade de fazer uma vacinação em massa no concelho para quem tivesse disponibilidade para isso. À primeira vista considerei excelente porque era uma forma de retirar pressão ao Centro de Saúde e evitar concentração de pessoas podendo haver vacinação com normas específicas porque cedo percebi que este ano havia uma maior procura das pessoas para a própria vacina. E Município do Sabugal disse que sim, paga os 2,50€ por pessoa para entrada de um processo de vacinação na farmácia. Aprovámos um protocolo na Câmara convicto de que o protocolo ia ser cumprido. Honestamente, creio que a ANF, de boa-fé, como nós, acreditou que havia vacinas da gripe para toda a gente. Foi publicamente afirmada essa disponibilidade. Nós contratualizámos cerca de 2000 vacinas e chegaram menos de 50%. Fomos todos enganados, eu também fui.” -----

Respondendo ao senhor **José Alves Escada da Costa**, disse: -----

“Falou da questão da água, rapidamente percebi da ocorrência do ano passado e do trabalho que se foi fazendo, que havia aqui uma oportunidade para fazer valer e vingar a tal compensação que nunca tivemos. E é evidente que esta Assembleia e este Executivo Municipal não podem deixar de participar

na construção duma estratégia regional para a água, mas tendo sempre como ponto de partida, a reivindicação daquilo que não foi conseguido, ou exigido noutros momentos. Para que isso aconteça é importante que saibamos trabalhar em sintonia e coordenados. Sabem que o Município estará sempre disponível para liderar estas causas, nos locais próprios, nos momentos próprios. -----

Na outra questão da liderança, ou melhor, das redes. É do conhecimento de todos, creio, que o o Presidente da Câmara do Sabugal preside e como tal lidera algumas estratégias coletivas regionais com fins específicos, muito na lógica de tirar partido dos recursos patrimoniais e outros da região. Deve ser motivo de orgulho para o Concelho, isso acontecer. Dentro das minhas limitações e respeitando a confiança que os meus colegas depositam em mim, vou tentando não esquecer que acima de tudo, fui eleito como presidente da Câmara do Sabugal. -----

Aproveito, no entanto, para vos dar uma boa notícia. Foi aprovado em reunião das Aldeias Históricas, que as Aldeias Históricas vão criar um gabinete técnico de apoio às redes das Aldeias Históricas constituído por um engenheiro, um arquiteto e um arqueólogo, com vista ao desenvolvimento e acompanhamento de processos construtivos sustentáveis em meio rural e este gabinete vai funcionar em Sortelha. A CCDR já anuiu à despesa financeira de contratualização desses técnicos e a direção da rede já aprovou a operação, pelo que vamos passar à fase de contratualização dos técnicos e a preparação das instalações no edifício que a Câmara tem em Sortelha. Ai funcionará também o Espaço CoWorking de Sortelha, no âmbito da rede de espaços que pretendemos abrir.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** concedeu ainda a palavra ao senhor António Serra para esclarecer o que fora abordado pelo senhor Virgílio. -----

Tomando a palavra, o senhor **António Serra** disse: -----

“O que se passou este ano com a vacina da gripe já é sabido por todos. Acho um pouco forte a palavra ‘fomos todos enganados’. Quem está do lado de cá tem uma visão, quem passa para o lado de lá tem outra visão, e eu acredito que quando a senhora Ministra da Saúde disse que havia vacinas para todos é porque estava convicta que iria haver. É preciso ver que foi um ano atípico, nos outros anos tínhamos de andar a pedir para que viessem dar a vacina, este ano foi ao contrário, foram elas que vieram em massa e esgotaram-se as vacinas. -----

Queria aproveitar a oportunidade para dizer que temos já aí a vacina contra a COVID-19, e peço às pessoas que não fiquem receosas, e que transmitam isso às outras pessoas. O processo de vacinação é feito a nível superior, não somos nós, ULS, que decidimos quantas vacinas vêm, quem, quando ou onde levam a vacina. Tudo isso é feito a nível superior, há medidas de segurança para transportar a

vacina, há grupos de risco estabelecidos que vão ser vacinados, e há uma fase em que toda a gente será vacinada. Entretanto, não fiquem com a ideia que é ir para lá à espera. Tenham calma, quando chegar a vossa vez serão chamados.” -----

Para terminar, o senhor **Presidente da Assembleia** congratulou a Câmara Municipal pela concretização do Presépio, sendo um “*trabalho de resiliência de quem não se dá por vencido.*” Deixou ainda votos de parabéns ao Presidente, ao executivo e a todas as associações que participaram, bem como votos de boas festas a todos. -----

Não tendo havido mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezanove horas e quarenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO MEIRINHO
MARTINS
Dados: 2021.02.23
10:31:21 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, _____

Vânia Martins Filipe

Vânia Martins Filipe